



INFORMATIVO

Núcleo de Estudos Catarinenses

FLORIANÓPOLIS — ANO I — 1988

LEMBRANDO UM IDEAL

Arqt^o Luiz Felipe Gama Lobo D'Eça
COORDENADOR

Há 25 anos, passamos a fazer parte da equipe empenhada em dar personalidade e vida a uma Instituição que encetava os primeiros passos: a Universidade Federal de Santa Catarina.

Tentávamos, na ocasião, também, horizontes novos no cintilante mundo da arquitetura e no fascinante, complexo e desafiante emaranhado de problemas: o fenômeno urbano.

Tínhamos uma forte admiração pela eficiência da classe empresarial, que, enfrentando riscos de toda ordem, era responsável pelo desenvolvimento do país, pagando ainda todas as contas da burocracia estatal, incompetente e perdulária e, agora, tirânica.

Em nossos planos não encontrava lugar mais um prolongado período no serviço público.

Não sabemos hoje se por sorte, ou por um capricho do destino, encontramos um novo ambiente de trabalho de grande motivação, criado em torno de uma missão clara de grande significação e importância para o futuro de uma Pátria, que aprendemos a amar e a servir sem favores do poder compensatório, na simples, apostolar e dignificante vida militar, principalmente num exército, como é o brasileiro, instituição armada única no mundo, que, além da sua função precípua, é, no dizer de uma das mais brilhantes inteligências desta nação e polêmico dos mais polêmicos da história contemporânea do Brasil, Carlos de Lacerda, a mais perfeita e completa Universidade Brasileira.

Não é exagero, nem vaidade de pavão dizer-se, que, ainda hoje, o Exército Brasileiro é o mais eficiente agente da Educação Nacional.

No comando do grande projeto de implementação de uma universidade catarinense, a figura respeitável de João David Ferreira Lima, cujo entusiasmo, fidelidade, e invulgar amor ao trabalho, entre às responsabilidades que aceitava, contagiava, gerando em todos os que o cercavam um forte espírito de corpo. Quando dele recebemos o convite para colaborar na solução de problemas de construção e de adaptação de dependências condignas para abrigar diversas atividades administrativas e de ensino, da novel Instituição, pensávamos numa permanência de, no máximo, alguns meses.

Acontece que lá estava gente especial: o Aloysio Blasi, o Maneca Campos, o Murilo Pirajá, o César Amin e outros mais, a operar milagres, sob a inspiração da figura incomparável do nosso sempre lembrado chefe e amigo João David Ferreira Lima, cujo assunto preferido até hoje, nas rodas de papo, é a Universidade Federal de Santa Catarina, suas conquistas indiscutíveis e suas deficiências ainda visíveis.

Praticamente nada ganhávamos em troca de um trabalho árduo, cercado somente de dificuldades!

... Este ano completamos 25 anos de serviço entre os que se dedicam a não deixar cair a bandeira desfraldada pelo Reitor, que soube, como ninguém, dignificar o alto cargo, desempenhado com tanto amor, proficiência e patriotismo.

Hoje, apesar do abandono da idéia de um esforço entre os que sabem produzir também em proveito próprio, compensando quase três décadas de muito trabalho e de estoicismo vividas no incomparável Exército Brasileiro, gozamos de uma grande paz interior, de quem teve o privilégio de ajudar, pedra por pedra, a construção de uma Instituição, como a Universidade Federal de Santa Catarina, onde, no momento, já se tornou possível, por meio de um esforço complementar e diferente, a geração das matérias primas fundamentais ao desenvolvimento, para a edificação de um mundo novo, mais racional, mais produtivo, mais livre e mais justo: "O CONHECIMENTO E A SABEDORIA".

Faz sete anos, lutamos com a ajuda de uma plêiade de professores, pela criação de uma

entidade capaz de transformar a Universidade numa criativa fonte de geração de conhecimento e de sabedoria, através de um processo racional, integrador dos diversos campos de estudo universitário e capaz de, somando com a capacidade criativa de uma sociedade livre e atuante, capacitar-se à compreensão da realidade do momento e, a partir de potencialidades evidentes, desenhar um futuro compatível com a dignidade do ser humano.

Como tudo o que é novo, a tarefa não escapou da ação nefasta do negativismo e da resistência da nova classe ou da "nomenklatura", um conluio entre aproveitadores, incompetentes e medíocres, que vem ocupando espaços cada vez maiores, inclusive no meio universitário, em nome do que se pode qualificar de democratite, uma moléstia infeccionando e levando à desordem, à estagnação e à decadência todo organismo racional.

Felizmente, com a participação efetiva de todas as instituições de ensino superior do Estado e de uma significativa parcela da sociedade pensante de Santa Catarina, estamos transpondo obstáculos e a "ENTIDADE INTEGRADORA", formada até o momento por mais de 500 advogados, médicos, engenheiros, economistas, professores e militares, como afirmamos, faz poucos dias, na presença de 200 novos membros colaboradores de todo o Estado, o êxito é certo.

Da Coordenadoria de Estudos Urbanísticos, passamos pelo Núcleo de Estudos Catarinenses e chegaremos a curto prazo ao "INSTITUTO INTERUNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS INTEGRADOS", uma grande Instituição integradora das universidades em si mesmas e entre si, a serviço do bem comum, construtora segura do futuro deste Estado, tão generoso como paciente.

A nossa palavra de ordem no momento é a da união dos valores existentes em grande número entre todo o povo, mas desorganizados e na desesperança para, cientificamente, sem preconceitos religiosos, ideológicos ou político partidários, sobre todo o conhecimento que pudermos reunir, elaborarmos uma proposta global de desenvolvimento para uma Santa Catarina do futuro.

Somos hoje mais de 500 advogados, engenheiros, arquitetos, economistas, professores e militares, unidos em torno da imensa tarefa. Até o fim do ano somaremos outros 500, atingindo a base do povo, organizado em associações de bairros e distritais.

Metodicamente, divulgaremos toda a informação e o conhecimento estocado nas universidades e, cruzando com os outros níveis de informação, chegaremos a um denominador comum, que poderá dar a Santa Catarina um instrumento básico e racional, orientador do seu futuro.

É preciso, entretanto, acreditar sempre, evitando o pensamento irrealista de que o nosso trabalho possa, em pouco tempo, produzir resultados visíveis. Entre todos os colaboradores deverá estar sempre presente a convicção de que uma evolução pacífica para uma era completamente nova, não é possível sem dedicação e perseverança. O nosso trabalho, apesar do apoio dos Reitores Lauro Ribas Zimmer, Ernane Bayer e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, vem se realizando entre dificuldades de toda a ordem num longo período de quase 7 anos...

A nossa convicção é a de que, em breve, estaremos trabalhando no "Instituto Interuniversitário de Estudos Integrados", entidade com a organização e os meios adequados à completa conquista de um objetivo quase secular da Universidade Brasileira: a Integração da Instituição com a sociedade que paga suas enormes contas, para a promoção do progresso espiritual e material do país.

DO COORDENADOR DO NEC AO ATUAL MAGNÍFICO REITOR

Relatório das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Catarinenses, expondo, de maneira clara, o que já concretizou em favor do futuro de Santa Catarina. Um leitura obrigatória para quem acredita nas instituições e também para aqueles que deixaram de acreditar. A Universidade engrandecida pelo ideal dos que a fazem. Pág. 2

DESMATAMENTOS NO VALE DO ITAJAÍ.

A degradação do meio-ambiente pela ação de particulares e grupos econômicos. Pág. 4

ANOTAÇÕES ACERCA DA NORMA FUNDAMENTAL KELSENIANA

Um jurista catarinense aborda a teoria de Hans Kelsen, o austríaco que imprimiu o positivismo no direito. Pág. 6

POTENCIALIDADES TECNOLÓGICAS DO NOSSO CARVÃO MINERAL

Nosso carvão só não presta quando utilizam tecnologias desenvolvidas para carvões diferentes. Pág. 5

ALGUNS SISTEMAS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

O Professor Cesar Luiz Pasold, em poucas palavras, mostra ao leitor o trajeto ideológico da humanidade. Pág. 3

EDITORIAL

Este INFORMATIVO vem preencher uma lacuna há muito tempo constatada pelo Núcleo de Estudos Catarinenses. Não foi fácil realizá-lo e a pertinência exigida foi grande — como não poderia deixar de ser numa sociedade em que a indiferença pelo bem comum generalizou-se. Mas, afinal, ele se apresenta. Com defeitos, é claro, que irão sendo suprimidos no transcorrer das próximas edições.

No entanto, para que isto aconteça, precisa da colaboração efetiva de todos os membros do Núcleo, os quais já podem dispor de uma tribuna criada para o livre pensamento, desde que cõscios da responsabilidade pelas idéias emitidas. Limites, também, serão necessários, quando houver crítica imbuída no facciosismo ou no mero eco idiocrânico.

Como órgão de entidade universitária, pretende criar espaço para discussões de quaisquer problemas que afetem ou venham a afetar a sociedade catarinense nas suas diversificadas áreas, sendo-lhe importante que a verdade surja do debate, encaminhando os catarinenses no percurso certo do seu futuro, numa criatividade solta de qualquer convenção ou convicção humana envelhecidas no tempo.

Este INFORMATIVO surgiu da necessidade de ampla aglutinação da elite intelectual egressa da Universidade, procurando estabelecer uma ética que possibilite ao País a grandeza que lhe é inerente e está se perdendo pela falta lamentável de patriotismo, falta esta, oriunda do egoísmo e ambição pessoal que apenas desune um povo e desagrega, por inteiro, a Nação em que uma minoria de idealistas ainda faz o possível, de maneira coesa, para salvá-la.

O NEC, com este INFORMATIVO, passa a integrar as microrregiões do Estado com líderes regionais sensibilizados pelo seu programa de ação: a Universidade dirigida para o aperfeiçoamento do Estado, cobrando o dever e a obrigação daqueles que ela formou para a melhoria da sociedade brasileira, pois uma Universidade não vive por estar dentro de si mesma. Ela só é por projetar-se em benefício de todos.

Não é diferente o pensamento do Coordenador Geral do NEC quando, enfaticamente, diz que: dentro da estrutura universitária o NEC é uma entidade atualizada e atualizadora, cuja organização e novas propostas de atuação procuram integrar todo conhecimento acumulado para, de maneira livre, mas disciplinada, abrir um caminho mais curto para o encontro definitivo da Universidade com a sua razão de existência: racionalizar e orientar o poder criativo da concentração de valores intelectuais diversificados e de experiências para o bem comum.

EXPEDIENTE

DIRETOR: Arqtº Luiz Felipe Gama Lobo D'Eça
(Coordenador Geral do Núcleo)
CHEFE DE REDAÇÃO: C. Rinaldo Schmidt
REVISÃO: João F. Vaz Sepetiba
Luiz Antônio M. Lisboa
COMPOSIÇÃO: André L. Dias
Gerson M. de Souza Fº

ARTE FINAL: Manoel Pacheco
IMPRESSÃO:
TIRAGEM: 700 exemplares.
ENDEREÇO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Núcleo de Estudos Catarinenses
Caixa Postal — 476 — Campus Universitário
Trindade — 88.000 — Florianópolis — SC.

CARTAS

Xanxerê, 11 de fevereiro de 1988

Ilmo Sr. Coordenador:

Em atenção ao V. ofício circular Nº 09/NEC/87, de 27/11/87, após ter lido integralmente a matéria, do 1º ao 4º cadernos e inclusos, por solicitação de V. S., passamos a relatar nossas observações críticas, a saber:

01 — Nos fundamentos da Proposta (Parte I), achamos que é apresentada uma visão muito materialista quanto à concepção da VIDA em si (aprender, trabalhar e descansar): Cremos que um dos principais fundamentos da vida é a EVOLUÇÃO; e no caso do ser humano, a principal é a "Evolução Espiritual" — (Teoria — Prática ou exercício — Conhecimento ou sabedoria).

02 — Outrossim, dizer que o Estado foi criado para estar a serviço dos mais fracos, me parece pura especulação ideológica, talvez tingida por alguma demagogia.

Todos, independentemente de serem mais fracos ou mais fortes, precisam ter a possibilidade de desenvolver as suas potencialidades.

03 — No caso do "TER", cremos que o possível erro ou defeito, não está no *ter* em si; mas sim, no mau uso que o indivíduo possa fazer com os bens a sua disposição.

Os bens de posse, devem ser usados o melhor possível, com todo critério, beneficiando a maior parte da coletividade, sem esbanjamento e descuidos pessoais. O bem deve ser uma responsabilidade para quem o possui, inclusive de preservação.

Por outro lado, o mundo é diversificado em todos os aspectos, desde os seres, as sociedades e a natureza em geral; e isto assim se fez de acordo e conforme as imutáveis leis universais. Pretender nivelar todos geraria tal Caos, que teríamos de retornar à unidade primordial (Deus), ou seja: — tudo tenderia a desaparecer.

04 — Na seção "SER", achamos muito boas as colocações; porém, com um senão, na alegação de que "o Senhor Deus nos fez a todos nós iguais", pois, esta *igualdade* somente deve se referir às *potencialidades de natureza espiritual*; ou seja, a alma; no restante, mesmo na personalidade de cada um, somos todos *diferentes* uns dos outros.

Ainda, achamos que devem surgir as transformações *econômicas e sociais* da transcrição de FROM; mas também, as "ideológicas" devem ser acrescentadas e *não drásticas*, conforme preconizadas pois, as transformações drásticas, ou seja, as revoluções, são como as chamadas do fogo, parecem conter todo o seu poder, no entanto, logo se desvanecem no espaço. O verdadeiro poder está naquilo que é "permanente"; no combustível que a alimenta, cuja transformação, lenta e segura, quando finalizada, é total e irreversível. Nunca o homem precisou tanto de uma "filosofia"; nem nunca esteve tão afastado e longe dela.

05 — No tocante aos enfoques sobre o meio ambiente e ecologia, e com relação à "ECANTROPONOMIA", os achamos muito coerentes e comungamos dos mesmos ideais.

06 — Quanto à "PROPOSTA" em si (parte II), às páginas 4.1 e 4.2, achamos que, a par de todos os *direitos* enfocados, por si muito normais e justos, precisaria ser colocada a responsabilidade de cada um, os deveres a serem cumpridos, também, para que tais benesses lhes sejam auferidas e mesmo, lhes pertençam por direito.

07 — Às páginas 7.2, no *enfoque teórico*, é alegado que "o mundo externo é uma projeção do mundo interior". Neste aspecto, somente concordamos no tocante à *concepção* de cada um; a sua "realidade". O mesmo mundo físico, no entanto, pode ser visto ou interpretado de milhares de formas e maneiras diferentes, conforme a mente de cada um o veja como *realidade* para si; porém, na verdade, em atualidade, ele é apenas um, talvez, totalmente diferente de qualquer concepção.

08 — No restante da "Proposta" (parte II), achamos tudo razoável e bem colocado.

09 — No que tange ao 3º caderno (Operacionalização da Proposta) e ao 4º caderno (Interação Proposicional), não nos ativemos muito à análise por acharmos isto prematuro. Primeiro, devemos estar bem "fundamentados" e a "proposta" totalmente estudada e viabilizada. Depois... poderemos operacionalizá-la e promover as "interações" de todos os segmentos da sociedade.

Isto posto, esperando ter sido útil, ou mesmo, ter parcialmente contribuído para projeto tão necessário, quanto meritório e também urgente, colocamo-nos a V. disposição, renovando os protestos de estima e consideração.

Arqtº Ires Lopes da Silva

DD. Coordenador do N.E.C.
Universidade Federal de Santa Catarina
Cx. Postal 476
88.049 — Florianópolis — SC

NEC INFORMATIVO

UMA PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS CATARINENSES

Órgão da Universidade Federal de Santa Catarina em convênio de cooperação com ACADE, UDESC e Governo do Estado. Distribuição gratuita.

ALGUNS SISTEMAS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

Cesar Luiz Pasold
Cientista Político

Uma pesquisa que se faça em dicionários especializados em Ciência Política ou em Direito Político mostra-nos que a expressão "Sistema Político" tem recebido significados variáveis, em função do ângulo de abordagem da fenomenologia da política, adotado por autores e ou correntes doutrinárias e ou correntes científicas.

As operações investigatórias a realizar na área das chamadas ciências (inconvenientemente, a meu juízo) "não exatas", dependem, em termos de qualidade do seu produto final, de uma providência preliminar estratégica, qual seja: estabelecer os conceitos, com os quais será realizado o raciocínio, das categorias nucleares à pesquisa e ao seu relatório. Isto é, torna-se necessário que o cientista determine os **conceitos operacionais** com os quais vai trabalhar, e também, explicitar um **acordo semântico** (significa: compartilhar tais significados) com aqueles a quem dirige o relato de sua pesquisa.

Assim, mesmo para um artigo ou pequeno ensaio, tal providência preliminar favorecerá à compreensão do conteúdo e permitirá uma apreciação mais qualitativa da lógica da comunicação do cientista. Portanto, ao pretender relatar, no presente artigo, aos leitores, alguns resultados de minha investigação científica sobre "Alguns Sistemas Políticos Contemporâneos", devo, preliminarmente, declarar-lhes qual o conceito operacional que adotei para a categoria SISTEMA POLÍTICO, explicitando-lhes, por consequência, o acordo semântico que proponho para que possamos, autor e leitor, empreender juntos, um raciocínio sobre o tema.

Dentre diversos significados registrados para SISTEMA POLÍTICO, optei pelo seguinte (constante no Dicionário de Direito Político, do Professor Catarinense Osvaldo Ferreira de Mello, Editora Forense): SISTEMA POLÍTICO é o "conjunto teórico de idéias que se articulam com vistas a um objetivo político. Todo regime seria assim a aplicação de um sistema teoricamente concebido".

Como se percebe, três pontos são nucleares nesta concepção: 1. conjunto teórico; 2. objetivo político; 3. regime político como prática de um sistema político.

Portanto, vamos considerar como SISTEMA POLÍTICO uma teoria dirigida e fundamentadora do alcance de objetivos relacionados com o poder, exercendo influência concreta na realidade social.

De outra parte, atribuo ao adjetivo "contemporâneo" um sentido menos cronológico e mais factual, ou seja, a expressão "Sistema Político Contemporâneo" é trabalhada no sentido de teoria política que, independentemente da época de sua concepção, exerce ou procura exercer influência sobre o exercício do poder na realidade atual, no mundo.

Estabelecidos tais acordos semânticos básicos, posso apontar ao meu leitor, desde logo, pelo menos 6 (seis) Sistemas Políticos Contemporâneos, a saber: 1. Liberalismo; 2. Socialismo "Fabiano"; 3. Social Democracia; 4. Marxismo Leninismo; 5. Nazismo; 6. Fascismo.

Vou tentar, agora, em visão bastante panorâmica, dadas as limitações de um artigo de jornal, fornecer ao leitor os indicadores teóricos básicos de cada um destes seis Sistemas Políticos, estimulando-o a, a seu juízo e critério, tentar verificar onde e quando tais Sistemas estão ou estiveram em história recente, exercendo ou procurando exercer influência concreta na vida política e sócio-econômica. Faço tal tarefa com sustentação bibliográfica bastante segura (o leitor interessado pode obter indicação bibliográfica completa que deixei disponível com o Secretário do Departamento de Direito Público e Ciência Política, CCJ, UFSC), e, procurando uma linguagem descritiva para uma possível isenção de en-

foque.

O LIBERALISMO tem seu núcleo teórico original nas propostas formuladas por John STUART MILL (por volta de 1859), especialmente no seu ensaio "ON LIBERTY", pelas quais "qualquer limitação imposta pelo Estado é má" e "mesmo se o indivíduo não pode fazer bem determinadas coisas, o Estado não deve fazê-las, de modo a evitar enfraquecer a independência e a iniciativa do indivíduo".

O SOCIALISMO FABIANO (a partir das idéias de George BERNARD SHAW e do casal WEBB) propõe a transformação da sociedade através de 3 forças (tempo e educação, ação política), para que, de forma pacífica e evolutiva, ocorra a socialização dos meios de produção, com atuação do Estado em favor do máximo de igualdade entre os membros da Sociedade. Deste núcleo, em 1901, nasceu o Partido Trabalhista Inglês que, no transcorrer do tempo, modificou certos princípios programáticos.

A SOCIAL DEMOCRACIA surge como decorrência do discurso constitucional da Carta Magna Mexicana (1917) e da Constituição de Weimar (1919) e de movimentação teórica e prática em diversos países europeus, logo após o final da denominada Segunda Guerra Mundial. Propõe um Estado de Bem-Estar Social ("Welfare State"). Um momento muito importante para este Sistema Político é o Congresso de Godesberg, na Alemanha, em 1957. Nesta proposta, a intervenção do Estado nos domínios social e econômico serve até ao limite do assim denominado interesse social.

O MARXISMO LENINISMO propõe a transformação da sociedade capitalista na sociedade comunista, numa visão dialética, em fases progressivas. O próprio MARX escreveu: "Entre a Sociedade Capitalista e a Comunista fica o período da transformação revolucionária de uma na outra. Ao qual corresponde um período político de transição cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado". E LENIN prelecionou: "O socialismo, levando à supressão das classes, conduz por isso mesmo à supressão do Estado. ... O governo das pessoas dá lugar à administração das coisas e à direção das operações de produção. O Estado não é abolido, extingue-se".

O NAZISMO é uma proposta teórica que, em síntese, manifesta-se: 1. contra a noção de classe desenvolvida por Marx pois a "Alemanha é uma"; 2. contra o sistema de governo parlamentar; 3. pela desnecessidade de sindicatos obreiros; 4. pela desnecessidade do pluralismo partidário; 5. pelo anti-semitismo; 6. pela superioridade da raça "ariana" sobre as demais; 7. pela supressão de todas as liberdades e sua substituição por uma liberdade singular: a de obedecer ao partido que representava a comunidade alemã e ao líder deste partido (o único).

O FASCISMO desenvolve-se a partir de dois lemas estratégicos: - 1. "Cria; obedeça; trabalhe; lute"; 2. "Tudo dentro do Estado; tudo para o Estado; nada fora do Estado". E defende o princípio de que "sem a coletividade grupal não pode haver vida e liberdade individual nem propósitos comuns".

Como afirmei ao início do presente artigo, aqui se coloca uma visão muito geral e, por consequência, muito limitada em termos de desenho teórico dos 6 (seis) Sistemas Políticos Contemporâneos aludidos. De outra parte, estes não são os únicos Sistemas Políticos Contemporâneos a considerar. Quem sabe haverá oportunidade para, em artigos futuros, descrever melhor cada um destes a abordar outros? Espero, contudo, que este artigo possa estimular novas investigações sobre este interessante tema, e, sobretudo, provocar reflexões a respeito do poder e seu exercício.

UM COLÉGIO AGRÍCOLA EM DESTAQUE

Dr. Nilo Lauro Berwanger
Advogado

O COLÉGIO AGRÍCOLA SÃO JOSÉ, instalado no interior de Itapiranga-SC., 11 km da cidade, na Linha Sede Capela, é reconhecido pela população da região do extremo-este como escola modelo, pela qualidade do ensino de 1º e 2º graus. No contexto regional a escola assume uma importância vital para o desenvolvimento da principal atividade econômica que é a agricultura.

Desde a colonização, no início deste século, o oeste de Santa Catarina, com suas terras férteis, foi tratado e direcionado como futuro celeiro do Estado. Efetivamente a expectativa é hoje uma realidade. A produção de carnes (suínos, bovinos e aves), milho, soja, fumo, frutas, verduras, leite e a instalação de agroindústrias, projetaram o trabalho rural como meio de progresso, atendendo ao chamamento natural desta projeção.

Tornou-se necessário o aperfeiçoamento da atividade rural. Novas técnicas e mão de obra especializada, para implementar com mais produtividade os minifúndios dos colonos de origem alemã e italiana, induziram a criação do empreendimento escolar voltado à agricultura. A coordenação e implantação de tão arrojado foram assumidos pelos PADRES E IRMÃOS JESUÍTAS, especificamente pelo Revdo. Pe. OSCAR PUHL que, com a colaboração do povo de Itapiranga, construíram o prédio principal. Foram anos de trabalho e muita luta na implantação da infra-estrutura que culminaram em 1982 com a formatura da primeira turma de Técnicos Agrícolas, filhos de famílias de diversos municípios da região.

Neste trabalho houve a participação e colaboração do Governo Estadual, que hoje, pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA-FESC, mantém a escola.

Estudam neste colégio, na atualidade, 185 alunos no segundo grau e 365 no primeiro grau, que recebem uma formação voltada para o trabalho. É marcante a dedicação dos professores que, orientados pela filosofia dos Jesuítas, exigem dos alunos uma preparação que os fará profissionais de nível.

Na direção geral está desde 1987 o Revdo. Pe. EUGÊNIO ROHR, conhecido pelo Brasil e exterior como atuante batalhador pelas causas do ensino. Como educador e líder atuou em diversos colégios, sempre com sucesso conseguiu aprimorar a qualidade do aprendizado. Também aqui, continuando os trabalhos de seus antecessores, revelou sua capacidade de educador.

O que se quer com este trabalho é avaliar, estudar e entender a real participação do Colégio Agrícola São José no progresso deste nosso país essencialmente agrícola, eis que, esta Escola está empenhada em formar o jovem, oferecendo-lhe a oportunidade de, somada a sua educação cristã, acrescentar-lhe uma profissão pela qual produzirá alimentos e consequentemente o bem-estar social.

No entanto não só de elogios vive uma escola. A necessidade do constante aprimoramento e ampliação exigem investimentos em formação de professores e tecnologia. Evoluir para, dentro da própria escola, por extensão de uma universidade, manter faculdades de agronomia e veterinária, é uma meta coerente e viável. Adaptar este conjunto educacional com currículos adequados, com teorias e práticas do real interesse da agroindústria e aplicáveis aos trabalhos nos minifúndios da região.

Urge criar novos empregos para os alunos formados e até incentivar, pela própria escola, de forma real, projetos de colonizações em outras regiões do país a exemplo dos pioneiros que colonizaram o oeste de Santa Catarina.

A importância da Escola Agrícola São José, na história desta região, assume proporções gigantescas quando visto que o mundo está faminto. O Brasil, um país continental em tamanho, mantém índices de produtividade extremamente baixos. Basta dizer que este nosso país importa milho. Reconhecido, também, por autoridades econômicas que, só pela agricultura o Brasil resolverá a crise que enfrenta por incapacidade administrativa.

Destaque, em boa hora, para um Colégio Agrícola, no meio da roça, às margens do rio Uruguai, nos confins da terra Catarinense.

Itapiranga-SC., 23 de Junho de 88.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Uma

Questão de Justiça?

Silvio Orzechowski
OAB/SC 4916

O Instituto Nacional de Previdência Social vem sendo questionado na justiça, por pensionistas e aposentados, em relação aos critérios que foram adotados para o reajustamento de benefícios em manutenção, de natureza pecuniária.

O ponto de divergência se concentra no fato de que o INPS, especialmente a partir de novembro de 1979, adotou critérios próprios, no cálculo dos reajustes dos proventos das pensões e aposentadorias, desprezando as regras da política salarial estabelecida em lei e, com este procedimento, provocou prejuzos mensais e sucessivos aos beneficiários, que se foram acumulando a cada novo reajuste.

O Poder Judiciário já fixou posição unânime em torno do assunto, fundamentando que o cálculo do reajuste dos proventos da aposentadoria previdenciária, não pode sofrer redução, resultante de critério administrativo, senão autorizado em comando de natureza legislativa, deixando transparecer uma forte corrente, que de forma definitiva, condenou o INPS a devolver aos beneficiários as diferenças daí resultantes.

Como o assunto é grave e merece ser apreciado com muita justeza, uma vez que diz respeito direto à subsistência daqueles que já não fazem parte da mão-de-obra ativa deste país, é necessário encontrar uma forma mais rápida, para compor o litígio, evitando-se, assim, que tais processos fiquem tramitando nos Juízos de Primeiro ou Segundo Graus por tempo indeterminado, sob pena de a tutela jurisdicional, quando de sua aplicação, se tornar inócua e ultrapassada em termos de ajuda social.

Assim, busca-se opções com vistas a uma solução mais rápida e eficaz para o problema, que pode variar da simples mobilização geral do Poder Judiciário em priorizar estes processos, até a um reconhecimento espontâneo por parte do INPS, quanto à aplicação de formas e expedientes descaracterizadores dos direitos dos filiados obrigatórios, assumindo de vez o pagamento destas diferenças, sem a interferência do braço da justiça.

Soluções existem. É necessário, pois, a mobilização das classes, inclusive esta, com vistas a definições dos pontos passíveis de ataque, para a posterior ação.

DESMATAMENTOS NO VALE DO ITAJAÍ

Análise dos problemas que causam e propostas de soluções.

Germano Fuchs

Eng. Arq^o/CRE 2986-D

1. INTRODUÇÃO

A inegável importância que representa o Vale do Itajaí para o Estado de Santa Catarina, dado o seu desenvolvido parque industrial e sua diversificada agricultura, que garante o sustento de milhares de famílias, não pode mais tratar o seu meio ou ambiente, de forma empírica e desorganizada.

Percorrendo diversos municípios do Baixo Vale do Itajaí, dialogando com agricultores, observando os acontecimentos, nos defrontamos com uma dura realidade: as florestas nativas estão sendo devastadas, a um ritmo alucinante, tanto por particulares, como por grupos econômicos.

Isto nos dá uma certeza de que as enchentes ocorrerão cada vez com maior frequência, os prejuízos decorrentes das cheias serão cada vez maiores. Podemos conviver com enchentes, mas desde que elas não sejam catastróficas.

Enquanto a sociedade se mantiver calada, enquanto ficar só observando os acontecimentos e se resignar, as conseqüências serão mais dramáticas. Está na hora de nos sentirmos prejudicados pelos acontecimentos e iniciarmos uma cobrança das autoridades, dos órgãos normativos e fiscalizadores, para que o mal não chegue a ponto de se tornar incurável.

Nosso Estado é pequeno, os seus Recursos Naturais são poucos, devendo ser tratados com carinho, com atenção, para um aproveitamento racional. Nada pode ser extraviado. Devemos respeitar os limites do lógico, do racional.

Relacionamos neste documento uma série de acontecimentos, que mostram a irracionalidade do homem, sua ganância, quando se trata de utilização dos recursos solo e florestas.

Neste contexto, o ponto mais crítico refere-se ao desmatamento e à erosão do solo.

Desmatamentos de montanhas inteiras estão acontecendo, sem fiscalização, sem uma avaliação das conseqüências futuras, sem racionalidade.

As leis existem. Falta aos órgãos fiscalizadores o cumprimento de sua missão. Se as pessoas que o fazem estão demasiadamente envolvidas, que tenham a hombridade de se desligarem da função ou se transferirem para outros lugares. Não se pode tratar os bens da humanidade com desdém.

2. PRINCIPAIS PROBLEMAS RESULTANTES DO DESMATAMENTO

2.1. Sensível diminuição do volume de água de nascentes; em alguns locais a situação é tão crítica que a eliminação da floresta resultou em desaparecimento da nascente;

2.2. Falta de água para cidades que se abastecem de mananciais menores, como Joinville, Florianópolis e outras;

2.3. Enchentes com maior intensidade e efeitos cada vez mais catastróficos, pela eliminação da infiltração no solo, da água das chuvas, efetuada pelas florestas;

2.4. Num futuro próximo, muitas áreas hoje cultivadas com arroz irrigado, e que necessitam da água para irrigação, não mais poderão produzir, pela simples razão de a água existente ser insuficiente para o cultivo;

2.5. Eliminação da flora e fauna, nativas, com a introdução de espécies exóticas (eucalipto, pinus), em substituição às espécies nativas;

2.6. Assoreamento dos rios, gerando necessidade de dragagens freqüentes, com o conseqüente gasto de verbas astronômicas para o desassoreamento, a exemplo do que já vem sendo feito;

2.7. Diminuição da vida útil das barragens, pelo aceleração do processo de disposição de sedimentos em seu leito;

2.8. Necessidade da construção de barragens, para a contenção de cheias, com reassentamento de agricultores, demanda de recursos para construção, operação e manutenção das mesmas;

2.9. Necessidade da criação de programas de reflorestamento;

2.10. Intranqüilidade da população, pois a cada chuva um pouco mais intensa,

todas as pessoas já ficam em estado de alerta, imaginando as conseqüências desastrosas que uma nova enchente trará;

2.11. Perdas significantes de solo, nas encostas desmatadas, pois a cada chuva os nossos rios se tornam barrentos, com a água amarelada, indicando o mau manejo a que estão sendo submetidas as encostas;

3. PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

3.1. A Nível Municipal

3.1.1. Determinação pelas prefeituras de áreas municipais, onde a vegetação nativa não poderia ser eliminada (áreas de preservação);

3.1.2. Determinação de áreas de interesse, onde se poderia fazer o corte de árvores maduras, sob supervisão de elemento capacitado;

3.1.3. Determinação de uma cota na encosta, a partir da qual o desmatamento ficaria proibido;

3.2. A Nível Estadual

3.2.1. Criação de uma legislação Estadual própria, para tratar do assunto, a exemplo da legislação de Agrotóxicos já existente;

3.2.2. Transferência da fiscalização, para a competência do Estado, obedecendo às diretrizes emanadas pelo órgão federal competente;

3.2.3. Criação de uma Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais, estruturando sua ação em Programas.

Estes Programas desenvolveriam as seguintes atividades:

a) Programa de Planejamento - seria a estrutura responsável pelo gerenciamento dos nossos recursos naturais (uso e manejo).

Caberia ao programa alabarar planos de manejo da água para o meio urbano e agricultura, na utilização das florestas (lenha e madeira), para a extração dos recursos minerais (carvão mineral, argila para olarias), para o solo e tantos outros recursos naturais, que porventura sejam de interesse para o Estado;

b) Programa de Controle - Controlar toda e qualquer alteração do meio ambiente e na utilização dos recursos naturais (renováveis ou não), seria a tarefa deste Programa. Esta estrutura já existe a nível estadual (FATMA). Acreditamos que falte a este órgão uma clara definição da sua função, o que não aconteceria em uma Secretaria de Estado, onde as funções estariam definidas;

c) Programa de Capacitação - Caberiam a este programa a orientação e formação leiga de pessoas interessadas, para serem colaboradores e defensores das questões sobre o Meio Ambiente;

d) Programa de Pesquisa - seria a estrutura responsável pela geração de parâmetros, de dados, para a formulação de recomendações de uso específicas;

A execução deste Programa, poderia ser feita através de convênios com o competente órgão de pesquisa agropecuária do Estado (EMPASC) ou outros órgãos e entidades afins.

3.2.4. Priorizar o Programa de Microbacias, já em andamento no Estado, uma vez que tenta racionalizar a exploração, através de planos de manejo dos recursos disponíveis dentro da microbacia (solo, água, florestas).

3.3. A Nível Geral

A Sociedade em geral se deve conscientizar que está perdendo valores, e o Meio Ambiente está sendo degradado a uma velocidade espantosa.

Cabe a ela cobrar das autoridades e órgãos competentes uma efetiva fiscalização e uma efetiva ação, para eliminar as distorções existentes, rela-

cionadas com o meio ambiente.

4. MUNICÍPIOS E SUAS COMUNIDADES, ONDE ESTÃO OCORRENDO GRAVES PROBLEMAS DE DESMATEAMENTO.

4.1. Município de Itajaí

4.1.1. Comunidades: Brilhante II, Baía, Paciência, Rio do Meio, Espinhinhos.

4.2. Município de Ilhota

4.2.1. Comunidades de: Baú Central, Alto Baú, Braço Baú, Leiteiro, Fruiteira, Hospital, Lagoa.

Obs. Neste município existe uma área de 200 ha (2.000.000 m²) de terras nobres (fértil e plana), onde se plantou eucalipto, num total desrespeito à vocação natural da terra. Esta poderia estar produzindo alimentos, e o eucalipto ser plantado nas encostas já desmatadas.

4.3. Município de Camboriú

4.3.1. Comunidades de: Caetes, Macacos, Braço, Rio Pequeno.

Obs. Neste município, além da extração de madeira e lenha, e da retirada de pedras (paralelepípedos), que alteram totalmente a vegetação, também se promoveu a roçada de uma área na foz do Rio Camboriú (mangue),/ que é, por lei, uma área de preservação permanente.

4.4. Município de Luis Alves

4.4.1. Comunidades em áreas altas - nestas estão acontecendo retiradas indiscriminadas e sem controle de toras, para suprir as inúmeras serrarias existentes no município.

4.5. Municípios de Brusque, Gaspar, Guabiruba e Botuverá

4.5.1. Comunidades diversas, onde se localizam as nascentes de rios, estão sofrendo os mais diversos ataques e saques contra a natureza, tornando o problema gravíssimo, por se tratar de nascentes de rios.

5. COMENTÁRIOS SOBRE OS PRINCIPAIS ARTIGOS DO CÓDIGO FLORESTAL (LEI nº 4771 de 15/09/1965) QUE NÃO ESTÃO SENDO CUMPRIDAS E FISCALIZADAS.

5.1. Artigo 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito /

desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

item a) ao longo dos rios e de outro qualquer curso de água, dependendo da sua largura, de no mínimo 5 metros, para os rios de menos de 10 metros de largura e de 100 metros para todos os cursos cuja largura / seja superior a 200 metros.

Comentário: Esta é uma situação constrangedora pois em nenhuma parte, se verifica o cumprimento de tal determinação.

Temos ainda muitas áreas, onde seria possível tornar realidade tal prática;

item d) no topo de morros, montes, montanhas, serras

Comentário: Este nos parece ser um dos itens que na realidade atual, está sendo descumprido de forma generalizada. Se a lei fosse cumprida, garantidamente os problemas de diminuição do volume de água dos córregos e enchentes, seriam minimizados;

item e) Nas encostas, ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive

Comentário: A falta de cumprimento desta determinação é flagrante. Basta olharmos para os nossos morros, para verificar que encostas com declividades superiores à citada (onde um homem mal pára em pé) estão sendo tranqüilamente desmatadas, sem que ninguém levante a voz para denunciar tal prática irregular.

Comentário Final: O Código Florestal reúne 48 artigos, com seus parágrafos e itens. Citamos rapidamente neste texto, apenas o artigo 2º, com três de seus subitens, que entendemos mais importantes.

Seguramente podemos afirmar, que, se apenas estes três / itens fossem cumpridos, a situação do Meio Ambiente no Vale do Itajaí e em Santa Catarina, seria outra bem melhor. Se as multas aplicadas, contra os infratores da lei são / pequenas ou irrisórias, está mais do que em tempo, de serem revistas e atualizadas.

Espero deixar um mundo melhor para os meus descendentes.

POTENCIALIDADES TECNOLÓGICAS DO NOSSO CARVÃO MINERAL

Segundo o Sumário Mineral 1986, as reservas medidas e indicadas de carvão a nível mundial, eram de 13.609x10⁹t, e a brasileira de 23x10⁹t, localizadas geograficamente na região sul do país.

Em termos de participação na produção energética primária mundial, em 1984 segundo estudos do Mining Journal Services, o carvão foi responsável por 28% do total gerado, o petróleo com 41%, o Gás Natural com 20%, a energia elétrica com 7%, e a energia nuclear com 4%.

O Balanço Energético Nacional — BEN de 1985, relativo ao ano de 1986, o consumo total de energia primária apresentou a seguinte distribuição: Petróleo 32,8% gás natural 2%, energia hidráulica 29,9%, carvão mineral 5,6%, e biomassa 39,1%. É comum ouvir-se de alguns segmentos da sociedade brasileira e mesmo da catarinense, de que nosso carvão não presta, por causa de seus altos teores de cinza, humidade, enxofre e baixo poder calorífico.

O carvão catarinense, da Camada Barro Branco após sua extração do subsolo, constitui o rum of mine, que beneficiado preliminarmente, obtém-se o carvão-pré-lavado CPL, o refugo piritoso — R1, rejeito xistoso — R2, rejeito calcário xistoso — R3, e finos.

O carvão CPL, é novamente beneficiado no lavador central de Capivari, com a produção de carvões metalúrgico e energético. O carvão metalúrgico, misturado com similar estrangeiro, é utilizado como redutor, no processo clássico do alto forno, produzindo ferro gusa.

O carvão energético 4500Kcal/Kg, é consumido como combustível na usina termelétrica Jorge Lacerda da CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A. — ELETROSUL.

O carvão energético 5200 Kcal/Kg, é usado como combustível nas indústrias de alimentos cimenteira, cerâmica, fumo, papel e celulose, transporte e outros.

Na indústria cimenteira, o carvão energético, além de substituir o petróleo como combustível, a cinza é misturada com o clinkler, para a produção de cimento.

O refugo piritoso-R1, é concentrado, e transportado, via ferroviária até o complexo industrial do porto de Imbituba, onde a Indústria Carboquímica Catarinense — ICC, pelo processo ustulação em leito fluidizado, é produzido o ácido sulfúrico — H₂SO₄, cinzas de óxido de ferro — FeO² e óxido sulfuroso SO₂.

O ácido Sulfúrico tem o seu mercado cativo, combinando com rocha fóstática — P₂O₅, oriunda do município de Catalão — GO, produzindo fertilizantes e fosfogesso.

Existe projeto para o aproveitamento do óxido de ferro, produzindo pelotas auto-redutoras, que poderão ser utilizadas na fabricação do ferro gusa e o fosfogesso vem sendo estudado objetivando seu uso como fonte de cálcio e enxofre.

Os rejeitos xistosos e calcários xistosos, ainda são depositados próximos às áreas de mineração, e os finos de carvão, são adquiridos pelas várias coquerias em operação na cidade de Criciúma.

A Fundação de Ciência e Tecnologia — CIENTEC, com sede em Porto Alegre, como Centro Nacional de Estudos, vem pesquisando há muitos anos o nosso carvão, concentrando ultimamente os seus trabalhos na combustão e gaseificação, destacando-se os seguintes projetos a níveis de laboratório, usina piloto e industrial.

UNITEC utilizando o carvão bruto, cinzas de outros consumidores de carvão, calcário e água, gerando como produtos, energia vapor e materiais para construção, CICOM, sistema de combustão em reator de leito fluidizado, utilizando carvão bruto, com rendimento térmico de quase 100%, sem poluição ambiental, e já com algumas caldeiras em implantação, objetivando a produção de vapor.

CICOGÁS, com o mesmo reator de leito fluidizado, produzindo gás de baixo e médio poder calorífico, substituindo parcialmente os derivados de petróleo. CICASOL, utilizando misturas de cinzas, cal e solo, para revestimento das estradas. AGLATEC, utilizando o carvão para produção de cal hidráulico pozolâmica, com várias aplicações na construção civil.

O carvão é a fonte de energia fóssil, não renovável, que dispomos com abundância na região sul do País, com características físico-químicas diferenciadas e distantes dos potenciais mercados consumidores.

Os carvões brasileiros, devem ser considerados com um todo pelo seu conteúdo em material combustível e pelo seu conteúdo de inertes. Tecnologias adequadas de utilização de carvão mineral, não causam danos ambientais.

O nosso carvão não presta, quando se utilizam tecnologias, desenvolvidas para carvões diferentes, dos que dispomos no nosso subsolo, portanto não adequadas a sua utilização.

“Anotações acerca da Norma Fundamental Kelseniana”

A Teoria Geral das Normas veio reavivar os debates acadêmicos em torno da Teoria Kelseniana.

Uma vez que, com as críticas ao positivismo — ao postulado da pureza metódica e do objeto — se considerava haver ultrapassado o purismo jurídico kelseniano; passando, a Teoria Pura do Direito, a ser vista como uma passagem a ser superada na trajetória do desenvolvimento dos estudos acadêmicos.

Entretanto, o lume trazido ao palco, com esta obra póstuma, fez ressurgir, com intensidade, nos debates acadêmicos, o pensamento teórico de HANS KELSEN.

Em homenagem ao esforço, cumpre expressar, tais debates se tornaram possíveis na América-Latina a partir dos trabalhos do tradutor e intérprete Professor JOSÉ FLORENTINO DUARTE — Procurador do Estado da Paraíba.

Fato que direcionou esta resenha à apreciação de sua comunicação intitulada “Fundamento Primordial da Ordem Jurídica”, apresentada no SEMINÁRIO LATINOAMERICANO SOBRE “TEORIA GERAL DAS NORMAS” de Hans Kelsen, realizado na UFSC, sob a coordenação do Centro de Ciências Jurídicas, de 23 a 25 de novembro de 1987.

2. Consoante DUARTE,

“A norma fundamental — ou norma básica, ou norma-base, ou norma-fundamento — foi revelada por HANS KELSEN para justificar a condição de validade de atos humanos instituidores de normas jurídicas, a começar da fonte ordenadora das normas: a historicamente primeira Constituição.”

(Comunicação retro citada, pág. 4).

Ao, que entendo se pode acrescentar que, a norma fundamental serviu, também, para HANS KELSEN, como arquétipo — pressuposto gnoseológico justificador e fundamentador da condição de validade da Ciência do Direito.

Pois, segundo a conhecida afirmação de MARX, “o homem faz a história, mas condicionado pelo meio em que vive”.

E, a fase histórica desde a gestação da “Teoria Pura do Direito” deu-se sob a influência do modelo de ciência positivista; onde o paradigma de ciência são as ciências naturais. E, toda produção acadêmica, para ser aceita como científica, teria que adotar os métodos utilizados por essas ciências.

Isto, em virtude do desenvolvimento que obtiveram essas ciências naturais e, pela adoção positivista do pressuposto pelo qual os métodos utilizados pelas ciências matematizantes do mundo exterior possuíam uma virtude inerente. Assim, para alcançar êxito, todas as demais ciências deveriam adotar esses métodos; constituindo mesmo, tais métodos, um critério para a pertinência científica em geral.

Daí, o postulado da pureza metódica e do objeto.

Assim, método e objeto se mesclaram na busca de um discurso científico para as ciências sociais. Tendo presente o discurso científico, como aquele rigoroso, que fala da verdade, de um signo que não admite controvérsia, ou seja, de um dogma — um axioma.

Desse modo, construiu-se as ciências sob axiomas, que lhes serviram de “topos” — condição de fundamentação e validade — no caso kelseniano, a Ciência do Direito.

E, justamente, a norma fundamental, único ponto não explicitado na Teoria Pura do Direito, foi o axioma sob o qual KELSEN, como condição de validade, erigiu, em sua crítica a dogmática existente, a dogmática jurídica kelseniana.

Partindo da premissa que toda ciência deve ter seu objeto identificado e delimitado, KELSEN delimitou como objeto das ciências jurídicas as normas jurídicas.

Nesse sentido, em sua “Teoria Pura” expõe:

“Na afirmação evidente de que o objecto da ciência jurídica é o Direito, está contida a afirmação menos

evidente — de que são as normas jurídicas o objecto da ciência jurídica, e a conduta humana só o é na medida em que é determinada nas normas jurídicas como pressuposto ou conseqüência, ou — por outras palavras — na medida em que constitui conteúdo de normas jurídicas.” (KELSEN, H. Teoria Pura do Direito, 4 ed., Armenio Amado, Coimbra, 1979, pág. 109)

No mesmo sentido se expressa na sua obra póstuma:

“A Ciência do Direito contém proposições que são enunciados sobre normas jurídicas. Ela expõe normas jurídicas, descreve normas jurídicas. Essas proposições não são propriamente normas, mas enunciados sobre normas. Como ciência, a Ciência do Direito apenas pode conhecer e descrever normas a ela dadas e não estabelecer normas, e não prescrever alguma coisa.”

(T. G. das Normas, p. 195)

Dessarte, delimitado o objeto da Ciência do Direito, necessário fundamentar sua validade como condição de verdade. Donde a necessidade de um axioma que lhe sirva de critério gnoseológico insuspeito.

Assim, toda norma é válida se atendido o pressuposto de validade, ou seja, estar em consonância com as normas que lhes são superiores, logo, com a norma fundamental.

A respeito KELSEN apresenta a questão seguinte:

“Se o Direito é concebido como uma ordem normativa, como um sistema de normas que regulam a conduta do homem, surge a questão: O que é que fundamenta a unidade de uma pluralidade de normas, por que é que uma norma determinada pertence a uma determinada ordem? E esta questão está intimamente relacionada com esta outra: Por que é que uma norma vale, o que é que constitui o seu fundamento de validade?”

(T. P. Direito, ed. cit., p. 267)

Ao que responde:

“O fundamento de validade de uma norma apenas pode ser a validade de uma outra norma. Uma norma que representa o fundamento de validade de uma outra norma é figurativamente designada como norma superior, por confronto com uma norma que é, em relação a ela, a norma inferior.”

(Idem, idem)

E agrega:

“Todas as normas cuja validade pode ser reconduzida a uma e mesma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem normativa. A norma fundamental é a fonte comum de validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa, o seu fundamento de validade comum. O facto de uma norma pertencer a uma determinada ordem normativa baseia-se em que o seu último fundamento de validade é a norma fundamental desta ordem. É a norma fundamental que constitui a unidade de uma pluralidade de normas enquanto representa o fundamento de validade de todas as normas pertencentes a essa ordem normativa.”

(Idem, idem, p. 269)

Assim,

É a norma fundamental da Moral cristã que fundamenta a validade de todas as normas da Moral cristã, uma norma — ‘fundamento’, porque acerca da razão de sua validade não mais pode ser indagado.”

(T. G. das Normas, p. 326)

Dessarte, entendo a norma fundamental como o axioma — o pressuposto gnoseológico — sobre o qual KELSEN edificou toda a condição de validade da Ciência do Direito.

E, transferindo a norma fundamental do âmbito da hipótese para o da ficção no sentido vaihingeriano, KELSEN conferiu-lhe maior sedimentação, como condição de validade da ciência jurídica; pois, uma hipótese é um recurso do pensamento e,

"Segundo Vaihinger, ... , uma ficção é um recurso do pensamento, do qual se serve se não se pode alcançar o fim do pensamento com o material existente."

(T. G. das Normas, p. 329)

Corroborando o entendimento de que a norma fundamental, entendida como ficção no sentido da Filosofia vaihingeriana, veio ratificá-la e consolidá-la como pressuposto fundante da validade da Ciência do Direito, KELSEN em sua obra póstuma, textualmente afirma:

"É a norma fundamental — da, historicamente, primeira Constituição — no mais profundo sentido, que se

baseia o ordenamento jurídico."

(T.G.N., p.327, in fine)

Em suma, o que pretendo dizer, com esta breve nota que faço a Comunicação — Fundamento Primordial da Ordem Jurídica — a apresentada pelo Professor DUARTE, é que a alteração na posição de KELSEN qualificando a norma fundamental no terreno da ficção no sentido da Filosofia do Como-Se e não da hipótese como o fizera em sua Teoria Pura do Direito, não desvirtua o sentido da norma fundamental, ao contrário, tal reposicionamento, veio consolidar a norma fundamental, como critério da validade e suporte gnoseológico da Ciência do Direito.

ILHA DE SANTA CATARINA,
MARÇO, 1988
Ildemar Egger
Doutorando em Direito/UFSC

NUCLEO DE ESTUDOS CATARINENSES

*Do Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Catarinenses
Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina*

*Prof. BRUNO RODOLFO SCHLEMPER JÚNIOR
Assunto: Núcleo de Estudos Catarinenses.*

Atendendo determinação de Vossa Magnificência, apresentamos abaixo, resumo das atividades desenvolvidas neste Núcleo, em torno de uma idéia, que sempre foi objeto de frustradas e sucessivas tentativas de todas as Universidades Brasileiras: um trabalho transcendendo as tradicionais funções do ensino, pesquisa e extensão, para transformar-se em fonte de criatividade impulsionadora e indutora da evolução nacional para objetivos selecionados em profundos estudos multiprofissionais e interdisciplinares, realizados com a participação efetiva de todos os segmentos organizados da sociedade.

Pesquisa realizada, para conferência que preferimos em Seminário promovido pela USP e pelo BID, em torno das grandes questões vinculadas à Reforma Universitária, conduziu-nos até 1881, quando Ruy Barbosa publicou pronunciamento, destacando a necessidade da integração das entidades de ensino superior com a sociedade, em face de condições de excepcionalidade existentes na época, quando estava tomando impulso a revolução industrial.

Desde aquela época o tema é denominador comum de todos os esforços modernizadores da Universidade Brasileira.

O resultado foi praticamente nulo, porque a maior dificuldade esteve sempre na falta de uma estratégia viável da integração universidade-sociedade.

Estudos que estamos desenvolvendo, há vários anos, em torno de problemas mundiais da nossa época, principalmente no que concerne a problemática urbana, conduziram-nos à convicção de que, em face da complexidade destes problemas, não se poderia mais procrastinar a tomada de medidas concretas no sentido básico da integração da Universidade com a sociedade, porque se apresenta indiscutível e claro o fim do industrialismo e a chegada acelerada de uma nova época, que estava provocando mudanças profundas em todo o sistema produtivo mundial, com repercussões sobre o complexo da vida no planeta.

Havia uma necessidade premente de medidas criativas e, até, a invenção de uma nova sociedade, tarefa somente possível com todo o acervo de conhecimento estocado e a participação de todos os homens.

A universidade, como guardiã de grande parte desse acervo de conhecimento, não poderia ficar omissa, vivendo rotinas ultrapassadas, diante de um tempo de modificações tão profundas, como de difícil compreensão e previsão. Não se poderia também, adiar uma tomada de posição.

Nasceu aqui a primeira proposta de criação de uma entidade que teria organização e condições especiais de funcionamento, cobrindo todo o Estado e que se denominaria "Instituto de Desenvolvimento e Urbanística".

O processamento exigiu a formação e a defesa de vários estudos perante os altos escalões da Universidade, onde resistências, incompreensões e outros fatores negativos, dificultaram os objetivos procurados.

Surgiram como experiências a Coordenadoria de Estudos Urbanísticos e, depois, o Núcleo de Estudos Catarinenses; experiências que deveriam provar a viabilidade das novas idéias propostas.

Tanto a Coordenadoria, como o atual Núcleo desenvolveram difíceis trabalhos, em face da ausência de recursos e do conhecido racionarismo da nossa Universidade, sempre forte para reagir e dificultar a orientação da Instituição para rumos mais consentâneos com a realidade do mundo contemporâneo no horizonte limitado, porém complexo, do Estado de Santa Catarina.

Muito trabalho que contou com a participação de mestres de reconhecido saber desta Instituição, como os professores Alcides Abreu, Hélio Romito de Almeida, Colombo Machado Salles, Walmir Dias, Edison Flávio Macedo, Victor Antônio Peluso Júnior, Orestes Nestor Angeleri Lamas e muitos outros, resultou no encontro de uma solução para o problema, que há tanto, vem desafiando a capacidade de criar e de implementar ações inovadoras por parte de todas as Universidades Brasileiras.

Estamos hoje unidos ao governo do Estado, às organizações universitárias ligadas à ACAFE e a mais de 500 personalidades da sociedade de todo o Estado, entre engenheiros de todas as especialidades, arquitetos, advogados, médicos, economistas, adesguianos e professores universitários.

Temos já a convicção de que até o fim deste ano, mais de mil cidadãos dos mais diferentes campos do conhecimento, sem preconceitos político-partidários, religiosos ou ideológicos, estarão atuando sob metodologia bem difundida, a partir de uma proposta básica, com o objetivo de investigar o presente e, sobre potencialidades evidentes e visão realista, criar uma proposta para o futuro deste Estado, que será, quem sabe, modelo para um caminho de salvação nacional.

A realização destas idéias impôs, até o momento, ações de difícil efetivação, em face da necessidade de conciliação de uma intrincada rede de interesses contraditórios e, às vezes, conflitantes, destacando-se como dificuldade maior a indiferença da nossa Universidade, contrastante com a receptividade e, até entusiasmo animador, da sociedade Catarinense, representada pela adesão, até o momento, de mais de 500 cidadãos em todo o Estado filiados ao sistema CONFEA, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Conselho dos Economistas e aos adesguianos.

A convocação para a inscrição no Núcleo prossegue até atingir entidades comunitárias de bairro e distritais.

Pretendemos identificar, cadastrar e qualificar todos os recursos humanos disponíveis e dispostos ao trabalho voluntário, sem qualquer vantagem pecuniária, ou outro interesse, que não seja a colaboração no sentido da plena realização dos objetivos do Núcleo.

Paralelamente, estamos promovendo semanas de estudos urbanos, Seminários de avaliação, cursos de extensão; tudo como medidas preparatórias à homogeneização de conhecimentos dos membros colaboradores, preparando-os para o trabalho interdisciplinar, que marcará a atuação geral do Núcleo.

Ingressaremos brevemente na segunda fase de implementação do Núcleo, que se destacará como um amplo, abrangente e profundo programa de pesquisas, a ser realizado pelos membros colaboradores em todo o Estado, o que será inédito e terá resultados nunca antes alcançados, considerada a alta qualificação dos pesquisadores.

Paralelamente, tratamos da descentralização do Núcleo, através da criação de entidades semelhantes em todas as instituições filiadas à ACAFE.

Já realizamos reuniões de divulgação das idéias do Núcleo para as lideranças das citadas instituições, dependendo no momento, a concretização do programa de uma reunião final da ACAFE, marcada para breve na cidade de Criciúma.

Estará criada a oportunidade para a criação do Instituto Catarinense de Estudos Integrados, uma entidade interuniversitária, em busca de soluções para o futuro, irmanada de forma organizada com a sociedade catarinense, tendo como centro operacional as Instituições Catarinenses de ensino superior, lideradas pela UFSC e pela UDESC.

De nossa parte, esperamos que não seja interrompida a solução deste magno problema, pelo menos, até o término das ações básicas, ou seja, a construção de alicerces firmes de uma instituição, que só não será a primeira do Brasil, porque, infelizmente, segundo estamos informados, já está criada na USP com objetivos semelhantes.

De nossa parte, dispomos de pouco mais de um ano para a ingente tarefa.

Geramos até agora tantos compromissos da UFSC e da ACAFE com uma grande e destacada parcela da sociedade organizada, que nos sentimos obrigados a um esforço cada vez maior até a conclusão da última fase do plano de implementação do Núcleo, que se consubstan-

ciará na criação e instalação do INSTITUTO CATARINENSE DE ESTUDOS INTEGRADOS em edifício já negociado no centro da cidade e na conclusão de uma proposta inovadora para o futuro, construída pelas Universidades, com a colaboração de todos os catarinenses capacitados moral e profissionalmente para o importante trabalho.

De qualquer forma, aguardamos instruções da nova administração da UFSC, continuando, todavia, no rumo trilhado já há vários anos, obedecendo decisões dos Reitores Ernane Bayer e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz e do Reitor da UDESC e presidente da ACAFE, Lauro Ribas Zimmer.

Atenciosamente,

UFSC — NEC

Núcleo de Estudos Catarinenses
Arqº LUIZ FELIPE DA GAMA LOBO D'EÇA
COORDENADOR



Monarquia para o Brasil?

O Deputado Cunha Bueno (PDS-SP) foi voz isolada na Constituinte ao propor o retorno da monarquia ao país. Ridicularizado, principalmente, pela esquerda, não se abalou, pois grande parte do povo quer mesmo a monarquia e também o parlamentarismo. Se será uma solução para os repetidos problemas brasileiros, só os profetas, por enquanto, poderão responder. O caso é que sua emenda foi aprovada por 495 votos, marcando para daqui a cinco anos um plebiscito decisivo para a república, quando será decidido o regime (República ou Monarquia constitucional) e o sistema (Parlamentarismo ou Presidencialismo). É claro que a surpreendente vitória da emenda Cunha Bueno contou com o sufrágio dos parlamentaristas que viram nela a oportunidade de alcançarem seu objetivo.

*O que muita gente não sabe é que existe no Rio Grande do Sul o IBEM "Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos" que lançou um folheto com o seguinte "slogan": **O povo não agüenta mais as velhas promessas das novas Repúblicas.** Nele consta um quadro dos governos republicanos e suas respectivas vicissitudes impeditivas de uma democracia estável.*

E o próprio Cunha Bueno editou um livreto com o título: A SOLUÇÃO É O REI, apresentando as possíveis dúvidas do povo quanto ao restabelecimento da monarquia no país para dar em seguida as respostas.

O CAMINHO DO HOMEM

(Proposta para uma Proposta para Santa Catarina).

Fundamentos da Proposição — (1) Aprendendo com a vida — O que a vida diz — O papel do Estado — Ter — Ser.

ALCIDES ABREU

O QUE A VIDA DIZ

A vida ensina que o tempo de duração da vida se gasta ou se consome em três atividades básicas. Primeiro, desde que se nasce, a atividade é de *aprender*. Aprende-se a andar, a falar, a nadar, a trabalhar. Aprende-se, na verdade, ao longo da vida toda. Depois que se aprende, a segunda atividade é o *trabalho*. Uns começam bem cedo a trabalhar. Outros começam mais tarde. O jovem da colônia começa bem cedo. O jovem da cidade, quase sempre mais tarde. Mas o direito seria que todos, mas todos mesmo, fossem para o mundo do trabalho depois de onze anos de escolarização. A Sociedade Catarinense já pode pensar nisto e já pode prover isto. A etapa do trabalho dura trinta, trinta e cinco, quarenta anos e mais, às vezes. Há os que trabalham sempre: desde que se conheceram por gente até que Deus os chame. Estes não puderam viver a terceira etapa da vida. A terceira atividade da pessoa humana no percurso da vida é o descanso, o repouso, o lazer. Muitos chegamos a esta etapa já completamente gastos, exauridos.

Somos, em Santa Catarina, três milhões e setecentas mil pessoas. Ao redor de novecentos mil estamos nas Escolas formais; um milhão e quinhentos mil, mais ou menos, estamos no mundo do trabalho; seiscentos mil estamos entre zero e seis anos, aguardando em casa, que a Escola nos receba; cento e cinquenta mil temos sessenta e cinco ou mais anos de idade — estamos na idade do descanso; quinhentos e cinquenta mil não estamos nem no trabalho nem na Escola, porque a oportunidade não se nos deu, nem para um nem para a outra. Nós precisamos mudar este perfil. E nós podemos mudar o perfil para termos

na *Escola*, todos quantos nela queiram estar,

no *Trabalho*, todos quantos o demandem
no *Descanso*, digno, todos quantos já deram de si para construir o que somos hoje.

O PAPEL DO ESTADO

O Estado concreto é a criação do Homem. O Estado foi criado para estar a serviço dos mais fracos. O Estado é a síntese das energias das pessoas humanas todas que o compõem. Estas energias geram o Poder do Estado. Quem é forte dispensa ajuda, dispensa apoio. Só os fracos, os pequenos, precisam ser ajudados. Os fortes precisam ser contidos e os frágeis precisam ser amparados. O amparo dos fracos, é este o papel fundamental do Estado.

Embora esta seja a origem verdadeira do Estado — servir aos que podem menos e realizar, assim, a Justiça — a vida ensina que o Estado se tem posto a serviço dos fortes.

Na verdade, pelo mundo afora e no Brasil também, se construiu uma Sociedade para que os que *têm*, possam *ter* mais. No mundo, 1,1 bilhão de pessoas (25% da população mundial) dispõem de 77% da riqueza. Os restantes 75% das pessoas humanas, 4,2 bilhões de homens, mulheres e crianças, se devem contentar com 23% da riqueza.

No Brasil, os 10% mais ricos (doze milhões de brasileiros) dispõem de quase 60% da riqueza; os outros 108 milhões de brasileiros se devem contentar com os restantes 40%. É evidente que estas desigualdades são injustas. É evidente que estas desigualdades precisam ser superadas. O mundo não é determinístico agora, já se sabe. Não há, portanto, necessidade de uma situação de pobreza compulsória para bilhões de pessoas humanas. É possível mudar a face do mundo do mesmo jeito como foi possível fazê-lo como ele agora é. Basta uma *decisão política* forte, intensa, decidida, para mudar os rumos e para obter, então, outros efeitos. É preciso repor o Estado nos trilhos de que nunca devia ter saído. O Estado é *súdito* da pessoa humana e não soberano dela. O ser do homem procede de Deus e não do Estado. Sobre os interesses do Estado se so-

brepõem os interesses da pessoa humana. O Estado é instrumento do Homem.

TER

Há no ser do Homem uma dupla natureza: uma material e outra espiritual. A natureza material tem exigências fisiológicas: o ar, água, alimento, sono, abrigo, libertação da dor, preservação do eu biológico. A natureza espiritual aproxima o homem de Deus. Esta natureza é exigente de amor, de respeito, de liberdade de expressão, de independência, do direito de auto-realização plena, de libertação de controles externos nas atividades pessoais, do direito de crer e praticar religião.

A satisfação destas necessidades é um direito de cada pessoa humana. Nas Sociedades complexas, como as do Mundo atual, as necessidades se satisfazem mediante o esforço, a um tempo individual e coletivo. O Estado entra aí, como um agente catalizador das energias individuais, regulador e disciplinador das disputas entre interesses, balizador do futuro expresso e desejado pelas Coletividades.

O Estado não tem sido bom intérprete dos interesses e aspirações humanas. O futuro que o Estado pensou no passado resultou numa Sociedade que privilegiou o *Tere* alguns poucos dentre a Multidão de pessoas humanas. É só olhar e ver:

— Quem TEM, tem mais e melhores escolas; tem mais emprego e melhores descansos e lazers;

— Quem TEM, tem mais liberdade, tem mais independência, tem grau maior de libertação da dor;

— Quem TEM, não freqüenta filas nem em frente às escolas, aos postos de saúde, às entidades de previdência. Quem TEM nem

mesmo vai aos guichês dos bancos para retirar salário:

— Quem TEM, não entra em fila para o telefone ou para a água ou para a eletricidade. Quem TEM, tem tudo isto em casa, o quanto queira e sempre mais;

— Quem TEM, tem sempre mais.

— Quem Tem, tem o Poder ou o poder de fazer as regras do PODER.

Agora, quem não tem, paga sempre e cada vez mais. Está dito e comprovado que os impostos gerais são regressivos sobre os que não podem deles se livrar. Não se livram dos impostos os pequenos, os que não podem *negociar* com o Estado um abatimento, um perdão, um favor ou um esquecimento. O Estado 'vive' de impostos e de taxas. Nem o imposto discrimina entre quem tem e quem não tem; nem a taxa de eletricidade ou de água ou de coleta de lixo discrimina. Imposto não considera a renda, o salário das pessoas. No supermercado e nas quitandas, o imposto é *igual* para a comida do pobre e para a comida de quem tem. Ao rico, o imposto não faz falta; ao pobre o imposto igual ao do rico significa menos comida, casa pior, roupa pior, calçado pior.

Quem não tem mora sempre mais longe do trabalho; em casa, se tiver e passa longas horas num ônibus que nem sempre é pontual.

Quem não tem, desculpa pelo atraso mesmo involuntário, no relógio ponto. Não importa se o filho estava doente, ou a mãe, ou ele próprio.

Quem não tem paga muito caro pelo fato de não ter.

Pune-se continuamente quem não tem como se aquele que não tem disso tivesse culpa. Nascer numa família que não tem dá o *amor* sem dúvida. Mas não dá as facilidades para uma infância sem sobressaltos, para uma juventude sem problemas, para a escola e a profissão indispensáveis, para o trabalho digno e certo, para uma velhice amena, confortável, humana.

Isto foi, e de uma certa forma é, a Sociedade que fizemos até agora. Uma Sociedade do TER.

SER

Foi relativamente fácil construir a Sociedade do TER. Apenas, porém, 25% das pessoas humanas, em todo o planeta, estão nela. Mais de três quartos dos homens, mulheres e crianças estão fora da Sociedade do TER.

Na América Central e do Sul, na África, na Ásia e na Oceania, um bilhão e quatrocentos milhões de seres humanos apenas sobrevivem, tendo a morte como esperança.

No Brasil, entre uma estreita faixa no litoral do Nordeste e o Brasil Central está localizado o maior bolsão de pobreza do país. Ali, no sertão da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, milhões de pessoas não têm nem a metade da renda necessária para uma alimentação de custo mínimo e para as despesas não alimentares. Essa região de extrema pobreza prolonga-se ao Norte até o Maranhão e o Pará, a Oeste até Goiás e ao Sul até Minas. Quando se busca no entanto o valor total da renda mínima necessária, dois terços do território brasileiro não a alcançam, e até no Paraná existem regiões de fome.

Trinta e Dois por cento (32%) dos 21 milhões de famílias brasileiras vivem em condições de pobreza, em 1974, segundo os estudos, não recusados, do Banco Mundial. Das 361 Microrregiões em que o Brasil está dividido, 170 delas, com 31 milhões de pessoas, quase sete milhões de famílias, estavam abaixo do limiar da pobreza.

Em Santa Catarina o quadro não é este, felizmente.

Depois do Rio Grande do Sul, a melhor dieta alimentar do País, é a dos catarinenses. Mas os aglomerados urbanos expandiram-se com ímpeto, ao longo da última década e os bolsões de pobreza já se exibem na paisagem, como marcas da nossa insensibilidade, talvez da nossa incúria, e com certeza do nosso egoísmo.

O Senhor Deus nos fez a todos nós iguais, guardando Dele imagem e semelhança. E a dignidade que nos deu é tanta e tamanha que dos seres todos da Criação, o único ser que pode rezar a Deus é o Homem. Somos livres até para negar o Criador. Eis aí a medida maior da dignidade humana, como Deus a quis e fez. Deus nos respeita assim, a este nível. Consente em que o neguemos. Mas entre nós, os homens, um ao outro nem sempre respeita a dignidade neste grau. O forte quer impor a sua verdade, e emprega a força para obrigá-la. É assim nas Sociedades totalitárias.

Os titulares do Poder, seja na Política ou nos Negócios, também veiculam verdades compulsórias.

Há, no entanto, uma dignidade que é comum a todos, igual em todos: a dignidade do fato simples de ser gente, de ser Homem. Aqui não importa o TER. A igualdade não é do exterior, dos aspectos externos. A igualdade é da essência, do conteúdo. A igualdade é do SER. E no homem o que conta, então, é o SER. Vale ouvir o que Erich FROMM tem a dizer:

"A grandiosidade da Grande Promessa (isto é, da Sociedade do Ter), as fabulosas realizações materiais e intelectuais da era industrial, devem ser encaradas a fim de se compreender o trauma que a percepção do seu fracasso está produzindo hoje. Porque a era industrial de fato deixou de cumprir sua Grande Promessa, e cada vez mais se constitui o consenso de que:

*a satisfação irrestrita de todos os desejos não é conducente ao bem-estar, nem é a via para a felicidade ou mesmo para o máximo prazer.

*o sonho de sermos senhores independentes de nossas vidas terminou quando despertamos para o fato de que todos nos tornamos peças ínfimas da máquina burocrática, com nossos pensamentos, sentimentos e gostos manipulados pelo governo, pela indústria e pelas comunicações de massa que controlam tudo.

*o progresso econômico continuou restrito às nações ricas, e o fosso entre nações ricas e pobres amplia-se cada vez mais.

*o próprio progresso tecnológico ensejou perigos ecológicos e riscos de guerra nuclear, cada um dos quais ou ambos os quais podem acabar com toda a civilização e possivelmente com toda a vida". E FROMM ainda prossegue para completar:

"A necessidade de uma mudança humana profunda surge não apenas como um imperativo ético ou religioso, não apenas como uma exigência psicológica decorrente da natureza patogênica de nosso caráter social de hoje, mas também como uma condição para a simples sobrevivência da espécie humana. Viver corretamente é não mais apenas o cumprimento de uma ordem ética ou religiosa. Pela primeira vez na história, *a sobrevivência física da espécie humana depende de uma radical mudança do coração humano.*

Todavia, uma transformação do coração humano só é possível na medida em que ocorram drásticas transformações econômicas e sociais que dêem ao coração humano a oportunidade para mudança, coragem e a visão para consegui-la".

A Sociedade que se quer estará voltada para a realização do SER do Homem, para as infinitas possibilidades de desenvolvimento do seu Espírito. O TER nesta Sociedade Nova é meio, não é fim. Nesta Sociedade não se perguntará a ninguém quanto tem nem quem é. Saber-se-á logo que, pelo fato de ser pessoa humana. É gente. E isto só basta para transformar quem pede na preocupação imediata de quem deve prover o que se pede, o Poder do Estado em instância última.